

CORPOS QUEER E EDUCAÇÃO: ESCOLA, SUBJETIVAÇÃO E EXCLUSÃO

Robson Guedes da Silva;

Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: robsonguedes00@hotmail.com

Mitz Helena de Souza Santos.

Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: mitzhelena@yahoo.com.br

Resumo: Este ensaio busca apresentar algumas discussões em torno da escola em seus processos de subjetivação e exclusão para com os corpos queer: bichas, sapatões, travestis, transexuais, não-binários. Busca igualmente, evidenciar como no cotidiano escolar a violência, o currículo e o silenciamento colaboram para expulsar corpos que não se enquadram em uma heterossexualidade compulsória de seu espaço dito inclusivo.

Palavras-chave: Escola, Corpos Queer, Subjetivação.

I- Bem-vindo a escola?

Poderemos saber o que é passar pela escolarização sendo considerado anormal? A escola, em seu cotidiano, tenta transformar as diferenças em equivalência, impõe um padrão, categoriza, e, não obstante, exclui. Porém, essa dita exclusão não é veiculada de forma explícita, a instituição escolar possui uma postura de convite. Chega-nos então outra pergunta: que tipo de convite a escola faz aos corpos por ela não aceitos? Ela convida tais corpos ditos anormais e subalternos a se retirarem de seus espaços. Com seu olhar panóptico, roga em suas orações e liturgias diárias sobre seus preciosos alunos imbuindo ao fogo ardente da margem social todos os corpos que ela desde seu nascimento histórico repudia. Corpos queer. Na instituição escolar, como afirma Silva

Os estereótipos de gênero estavam não apenas amplamente disseminados, mas eram parte integrante da formação que se dava nas próprias instituições educacionais. O currículo educacional refletia e reproduzia os estereótipos da sociedade mais ampla [...]. De forma similar, os estereótipos e os preconceitos de gênero eram internalizados pelos próprios professores que inconscientemente esperavam coisas diferentes de meninos e meninas. (SILVA, 2005, p: 92)

Vários espaços sociais, inclusive a escola, são subsidiados de normas e regras de controle aos sujeitos, sem levar em conta os diversos aspectos que os constitui. Nesses espaços,

corpos que não condizem com o que é e está prescrito nestes referidos como normal, ou homogêneo, são tratados de forma excludente. Sobre os corpos e as regras

[...] Butler destaca que as normas são as que materializam o sexo e que esse processo de materialização se faz possível pela reiteração, repetição obrigada das normas. Isso mostraria que a materialização do sexo, do corpo não implica determinismo – tampouco, de início voluntarismo –, porque não é de nenhum modo e nunca completa, já que se exige persistir nesse processo repetitivo de materialização. O corpo materializado não se ajusta de todo às normas [...]. (DÍAZ, 2013, p. 43).

Logo, na sua produção de identidades padronizadas, a escola busca efetivar suas práticas reguladores e excludentes para com os corpos que reivindicam suas identidades precárias e desviadas da lógica que ela empreende aos seus alunos. Como afirma Guacira Louro “a escola delimita espaços. Servindo -se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e grandes, dos meninos e meninas”. (LOURO, 1997, p 58). E, partindo desse pressuposto, neste ensaio queremos discutir a forma excludente da escola com os corpos que fabrica/legitima como abjetos: bichas, sapatões, travestis, transexuais e pessoas não-binárias.

II-A escola fábrica: padrão, norma e exclusão

Quando nos voltamos a pensar em torno da função social da instituição escolar como responsável pela produção de subjetividade em seus atravessamentos pela configuração atual da sociedade ocidental, bem como, através da interação social entre seus atores e das práticas pedagógicas que em seu espaço se efetivam, percebemos que a escola tem o papel de definir o sujeito. Não obstante, é pertinente evidenciar aqui com Deleuze, que nosso entendimento acerca do sujeito é de que

O sujeito se define por e como um movimento, movimento de desenvolver-se a si mesmo. O que se desenvolve é sujeito. Aí está o único conteúdo que se pode dar à ideia de subjetividade: a mediação, a transcendência. Porém, cabe observar que é duplo o movimento de desenvolver-se a si mesmo ou de devir outro: o sujeito se ultrapassa, o sujeito se reflete (DELEUZE, 2012, p. 76)

No cotidiano escolar, através das práticas pedagógicas e do currículo se constitui e se media a relação do indivíduo consigo mesmo no qual se estabelece, regula ou transmuda a experiência que esse tem de si, servindo dessa maneira como um artefato de subjetivação no qual se fabricam sujeitos. Foucault (2003), nos elucidada que a ontologia do sujeito não é mais

que a experiência de si, denominada por ele também como subjetivação. Neste sentido, se faz necessário evidenciar a experiência de si como o resultado em um dispositivo pedagógico do entrecruzamento “de tecnologias óticas de auto-reflexão, formas discursivas (basicamente narrativas) de auto-expressão, mecanismos jurídicos de auto-avaliação, e ações práticas de autocontrole e auto-transformação.” (LARROSA, 2000, p. 38)

Perceber a instituição escolar como um lugar onde o dispositivo pedagógico constitui e transforma a experiência que o sujeito tem consigo mesmo, corrobora discorrer em torno das práticas pedagógicas e concepções em torno do currículo, sob o intuito de pensar como a fabricação escolar do sujeito quase sempre é excludente, todo aquele que tente escapar do padrão que a escola impõe é por ela legitimado como anormal/desviado. O que nos leva a problematizar os discursos de ‘inclusão’ da escola, por exemplo, quando buscamos refletir acerca do cotidiano escolar, avaliar as práticas pedagógicas que diariamente se efetivam dentro do espaço de uma unidade de ensino, admitir muitas vezes o caráter violento que há na escola e não só nela, mas na sociedade, nos fazem perceber como é hipócrita a dita “inclusão”, que muitas vezes a escola expõe em seus discursos sobre a sua representação no meio social.

Torna-se contraditório um espaço que hoje tenta cada vez mais se afirmar como inclusivo ter sido violento ao longo de sua história e permanecer sendo, pois, é preciso ressaltar que a violência é uma das formas mais expressivas de exclusão. Em contrapartida, é necessário igualmente perceber a violência escolar como um grandioso impedimento para a efetivação de uma verdadeira vivência democrática no cotidiano da escola, dessa forma, é preciso concordar com Elis Priotto quando evidencia a denominação de violência escolar como

...todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre, a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar. (PRIOTTO, 2009, p. 162).

Esta violência é por vezes explícita e, por outras velada. A exclusão pode também ser entendida como uma das referências empíricas dos corpos que não seguem uma estética de gênero dominante, pois, o currículo proposto pela escola tende a sugerir uma equivalência e caráter homogêneo aos que nela habitam. As práticas curriculares cotidianas da escola tendem a querer padronizar e punir os que não seguem os padrões hegemônicos, visto que “[...] o currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero: um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero” (SILVA, 2005, p. 97). Evidencia-se, assim, como um

padrão imposto não pode neste espaço ser questionado, problematizado e muito menos transgredido.

Dentro do espaço escolar, por muitas vezes os corpos passam por um processo de silenciamento, aprendemos o silêncio que devemos efetivar no social sobre todas as questões que não podem ser retomadas e problematizadas, pelo motivo de que um discurso dominante a subjuguou como algo impróprio de se falar ou questionar. Michel Foucault, falando sobre os procedimentos de interdição e exclusão da fala, afirma que: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. (FOUCAULT, 2013, p. 9).

Podemos, a partir disso, refletir sobre o quanto os alunos muitas vezes não socializam as dúvidas, divergências e receios que diariamente os cercam enquanto estudantes. Não o fazem por variados motivos, desde receio pelo que os professores pensarão até a reação da família ao tomar conhecimento da coordenação escolar sobre o dito “nível” questionador e incômodo de alguns. Bem, se este espaço, dito educativo, tende a controlar e padronizar os sujeitos, o que ele fará com aqueles que tentam a esse currículo imposto transgredi-lo? Partindo dessas abordagens podemos reafirmar alguns dos procedimentos de exclusão que encontramos na escola, que persiste em se denominar inclusiva: a violência, o currículo hegemônico e patriarcal, e, por fim o controle da fala através do silenciamento.

Portanto, pode-se concordar com Guacira Louro (1997, p. 57) quando afirma que: “[...] diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade a escola produz isso”. Logo, a escola surge sob esta perspectiva como uma instituição que padroniza e normatiza, todavia, acerca disso, nos propomos novamente a indagar: poderia a escola ser um lugar para potencializar a constituição da experiência do sujeito em torno de si mesmo, possibilitando aos corpos a liberdade de ser queer? Ou a fabricação escolar padroniza os corpos e exclui os que dessa normatização escapa?

III-O Corpo *Queer*

Dentro de uma sociedade construída e instituída por/em padrões hegemônicos, patriarcais e sexistas, que se objetivam a imprimir nos sujeitos arquétipos que podem ter um aval de dita normatividade. Observar alguns destes corpos nos leva a repensar nossas concepções sobre o corpo mediante as suas resistências e

transgressões desses padrões. Poder pensar o corpo é problematizar muito mais do que o compreendemos no concernimento biológico, pois é vê-lo enquanto identidade, nossa bandeira cotidiana de existência, nossa expressão na sociedade, e não somente um montante de células, órgãos e vasos sanguíneos, mas também uma soma de significados culturais que nele cotidianamente é impressa.

É preciso, a partir deste viés, problematizar o corpo como uma construção social, política, histórica e cultural, percebê-lo enquanto texto, que constantemente fala, problematiza, educa ou deseduca aquele que o lê. Desta forma, é pertinente lembrar os fatores que levaram alguns corpos a não serem “aceitos” durante o percorrer da história, por meio da ciência; vejamos segundo Louro que

O tamanho do cérebro, por exemplo, poderia justificar o nível de inteligência dos sujeitos; a aparência do rosto (cor de pele e dos cabelos) passou a ser a aptidão de alguns para o trabalho manual; as feições (traços do rosto), o tamanho das mãos ou do crânio poderia classificar os comportamentos e identificar os loucos, criminosos, tarados e agitadores políticos. (LOURO, 2010, p.34)

Não distante disso, a sociedade nos seus discursos tornou por tempos a melanina enquanto a justificativa de corpos serem excluídos, escravizados e mortos, em outrora, corpos femininos foram lidos como abjetos, frágeis e passíveis de se tornarem posse de corpos masculinos que eram socialmente compreendidos na história enquanto fortes e detentores de poder. Partindo desse pressuposto, é pertinente lembrar também que a alguns séculos atrás

Essas classificações colaboraram para que diferentes hierarquizações se estruturassem entre os humanos. Por vezes, os negros e/ou as mulheres foram considerados inferiores exclusivamente porque seus corpos apresentavam algumas características biológicas nomeadas por essa mesma ciência como inferiores, incompletas ou díspares. (LOURO, 2010, p.34)

Evidencia-se, então, que muitas vezes um discurso hegemônico pouco foi questionado e o resultante foi aquilo que bem sabemos: exclusão. Não diferente, na contemporaneidade quem possui esse corpo é lido como algo abjeto, ultrajado de estereótipos que existem com intuito de excluir e segregar quem o possui do meio social. Tal corpo é desconstruído de padrões que desde sempre fomos ensinados a ter e introjetar em nossas práticas, expressões, discursos, entre outras manifestações sociais. Corpo-texto, corpo-bandeira, corpo-marcas de um sujeito que muitas vezes resiste para viver por ser aquilo que se é.

Nesta perspectiva, precisamos problematizar que além do corpo negro, e do feminino temos historicamente corpos que também foram subalternizados e excluídos: os afeminados, os corpos transexuais, os corpos lésbicos, os corpos das travestis, das não-binárias. É sabido que

historicamente a sexualidade foi reprimida e o debate sobre ela pouco acontecia. Por conseguinte, imaginemos, então, como eram tratados os corpos que não seguiam um padrão heterossexual predominante. Como a concepção de sexualidade era tida como algo inerente ao ser humano, eram lidos como vítimas de uma patologia, corpos que detinham em si desejos que não seguiam uma hegemonia, Michel Foucault em *História da Sexualidade I* (2014) destaca quatro domínios históricos da sexualidade: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas procriadoras (entendendo o ato sexual como algo importante só quando se possuísse o intuito da procriação familiar) e a psiquiatrização do prazer (patologia dos desejos). Desta ótica é preciso, a partir da exemplificação desses domínios, trazer também a concepção de sexualidade segundo Foucault, que a encara como sendo

[...] o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com grande dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encandeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 2014, p.115)

A análise de como o patriarcado teve uma força expressiva na objetificação dos sujeitos, em seus controles, na patologia dos desejos que eles expressavam em seus corpos, nos faz trazer o exemplo das duras perseguições através de agressões e mortes com caráter hediondo que as pessoas que hoje comumente organizamos em uma sigla: LGBT's (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) sofreram e sofrem até hoje. Tais agressões foram um dos motivos para surgimento, nos anos 60, de um movimento político e social após a chamada revolta de Stonewall (28 de Junho de 1969 - Nova York), que através de atos públicos faziam reivindicações pela garantia de direitos e respeito para com as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e não-binários. Nota-se, neste sentido, como o corpo daqueles que nessa luta se empenharam foi duramente reprimido e taxado como impróprio, herético e subalterno. Concepção preconceituosa que muitas vezes ainda hoje persiste em existir em muitas pessoas alienadas por esse modelo de sociedade patriarcal e sexista.

Tomando como base o supracitado é preciso perceber o corpo como um texto. Sobre isso, Preciado, nos afirma que

O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam

elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. (PRECIADO, 2014, p. 26)

Neste sentido, podemos afirmar que o movimento LGBT, ao notar que os corpos de seus integrantes foram lidos como alvo de ódio e repulsa, foi percebendo da mesma forma que seus corpos, enquanto subalternos, poderiam a partir desta concepção ser o texto de uma bandeira de luta, resistência e transgressão a um padrão hegemônico imposto, consequentemente as lutas do movimento foram reforçadas, ressignificadas e compreendidas de uma forma nova, principalmente com a ajuda da academia através de autores que adentravam nas pesquisas da chamada *teoria queer*.

IV-Multidões queer: resistindo no espaço escolar

Sobrevivendo a instituição que exclui, esses corpos se tornam uma multidão, abraçam como estratégia as identificações negativas: bichas, sapatões, travestis, anormais, desviados. Transformando-as “em possíveis lugares de produção de identidades resistentes à normatização” (PRECIADO, 2011, p. 15). Reivindicando no espaço escolar o queer como dispositivo pedagógico de produção performativa de identidades desviantes, subvertendo a lógica do heterocapitalismo que empreende na escola suas práticas compulsórias de falocentrismo e heterossexualidade compulsória, buscando consolidar sua produção de corpos politicamente dóceis e economicamente úteis. Dessa forma, esses corpos-textos que problematizam uma normatividade imposta e hegemônica no ambiente escolar, corroboram para uma efetivação de uma sociedade subalternizada. O queer sobre os escombros do que sobrou da escola, resistirá!

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade** ; Trad. Renato Aguiar. – 2º ed. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e subjetividade**. Tradução Luiz Orlandi. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2012.

DÍAZ, Elvira Burgos. **Desconstrução e subversão: Judith Butler**. Sapere Aude , Belo Horizonte, v.4 - n.7, p.441-464 – 1º sem. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/5543/5507>>. Acesso em 16 jan. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23 ed.- São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **Ditos e escritos IV. Michel Foucault. Estratégia, poder-saber** (Poder e saber; p.223-240). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1987.

LARROSA, Jorge. **“Tecnologias do eu e educação”**. In: Silva, Tomaz Tadeu. O sujeito da educação. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOURO, Guacira. Lopes. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2 Ed. BeloHorizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: Uma abordagem pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**; tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____. **Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19 (1), n. 312, jan-abril. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>. Acesso em: 14 jun. 2017.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. **VIOLÊNCIA ESCOLAR: na escola, da escola e contra a escola**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 9, n. 26, p.161-179, jan. 2009. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=2589&dd99=view&dd98=pb> Acesso em: 14 jun. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.